

A ECONOMIA DO PERU — CARACTERÍSTICAS E PROBLEMAS

RÔMULO FERRERO (*)

A economia do Peru tem características próprias muito interessantes, em virtude das peculiaridades do meio geográfico, étnico e histórico do país. Com uma superfície de 1 milhão e 250 mil quilômetros quadrados, ocupa o terceiro lugar na América do Sul, vindo depois do Brasil e da República Argentina, e o quarto lugar em toda a América Latina, sendo superado também pelo México. Sua população atual ultrapassa 10,5 milhões de habitantes, sendo superada pelos mencionados países e pela Colômbia, ocupando, dêsse modo, o quarto lugar na América do Sul e o quinto na América Latina. Tem, portanto, uma densidade de 8 habitantes por quilômetro quadrado, que é aparentemente muito baixa. Essa cifra é, porém, muito enganosa, porquanto se deve ter em conta que a maior parte do território não é aproveitada devido a suas difíceis condições naturais. Disso resulta que a superfície cultivada é somente de 1 milhão 750 mil hectares, o que dá um coeficiente de 1/6 de hectare por habitante, sendo, por conseguinte, um dos mais baixos do mundo.

Existem no Peru três regiões geográficas bastante diversas, às quais correspondem também diferenças profundas de ordem econômica e social. O território nacional é atravessado de Norte a Sul pela Cordilheira dos Andes, a qual limita essas zonas: situando-se do lado ocidental, entre a Cordilheira e o Oceano Pacífico, a região chamada da Costa, até os 1.200 metros de altitude, e do lado oriental, até o Brasil, a Selva também chamada montanha, enquanto que ao centro se localiza a Serra constituída pelos vales, altiplanos e contrafortes da Cordilheira dos Andes.

A este grande acidente geográfico une-se a ação da corrente marinha fria que banha as costas do país, chamada corrente

(*) Engenheiro-Agrônomo Peruano, antigo Ministro da Fazenda e da Agricultura. Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura e da Caixa Econômica de Lima.

**POPULAÇÃO E SUPERFÍCIE CULTIVADA DE DIVERSOS
PAÍSES, 1956**

PAÍS	Hectares Cul- tivados (mil)	População (mil)	Hectares por habitante
Peru	1.750	9.787	0,18
Canadá	39.194	15.601	2,51
Argentina	30.000	19.111	1,57
Estados Unidos	188.309	164.303	1,15
Uruguai	2.205	2.615	0,84
Chile	5.514	6.761	0,82
México	18.649	29.679	0,63
França	21.234	43.274	0,49
Venezuela	2.800	5.831	0,48
Equador	1.590	3.675	0,43
Itália	15.756	48.316	0,33
Inglaterra	7.099	51.221	0,14
Japão	893	81.900	0,01

peruana ou de Humboldt, determinando êstes dois fatores, o clima e as condições naturais das três regiões, bem como, em grande parte, suas condições econômicas.

A Costa é uma região árida, a tal ponto que sôbre uma superfície total de 144 mil quilômetros quadrados (12% da superfície do país), sômente são cultivados cêrca de 550 mil hectares, ou seja, 4%. Isso se deve à ausência de chuvas, porque a Cordilheira

dos Andes intercepta os ventos carregados de humidade que vêm do Atlântico, precipitando as chuvas na região da Selva e na Serra, enquanto que a corrente marinha esfria os ventos que vêm do Pacífico, precipitando as chuvas antes de atingirem a Costa. O clima desta é, assim, cálido, porém menos que o que corresponde à sua latitude (a temperatura média anual de Lima é de 19°C), sem chuvas, mas com elevada humidade atmosférica que, no inverno, chega com frequência ao ponto de saturação causando pequenos "chuviscos" que não chegam a ser chuvas. Toda a plantação se faz com irrigação, aproveitando-se a água dos rios que descem da cordilheira e que têm um caudal irregular, secando-se muitos deles na maior parte do ano.

A Serra compreende cerca de 27% da área do país; é uma região de topografia muito acidentada, devido à Cordilheira dos Andes; de temperatura fria e variável com a altitude, embora tenha alguns vales abrigados; com forte precipitação durante o verão, e sempre com temperaturas baixas, já que a maior parte de seu território está a 3.000 m. e 4.000 m., porém com fortes oscilações do dia para a noite. Do outro lado da Serra está a Selva tropical, dividida em parte alta ou de Ceja, de 700 a 1.500-1.800 m., e em parte baixa dos grandes rios, com grandes extensões inundáveis na época das enchentes. A temperatura é sempre elevada, há forte queda de chuvas e elevada humidade atmosférica.

A essas diferenças naturais unem-se outras de caráter econômico e social, determinadas em grande parte, pelas primeiras, e, em parte, pelo processo histórico. A Serra foi, na Época Pré-hispânica, a base do poderoso Império Incaico e continua sendo a região mais povoada do país; entretanto a Costa se desenvolveu mais com a Conquista Espanhola e depois da Independência, ao passo que a Selva é muito pouco povoada e pouco desenvolvida. As dificuldades de transporte são muito grandes por causa da topografia do território peruano, de sentido transversal entre as três regiões geográficas; por conseguinte, um problema de integração econômica e social.

A população da Costa é de pouco menos de 30 por cento da população total e está constituída por brancos e mestiços; a da Serra, que é de cerca de 60 por cento, está formada por índios e mestiços; e a da montanha, em parte por brancos e mestiços e, em parte, por índios. Na Costa, se fala o idioma espanhol; na Serra também o espanhol e, principalmente, os idiomas nativos:

“quechua” e “aimara”; na Selva, a parte civilizada fala o espanhol, e as tribos aborígenes falam seus dialetos próprios.

O desenvolvimento econômico e social da Costa é muito superior ao da Serra, sendo ainda incipiente o da Selva. Isso se deve a que sua agricultura é, em geral, altamente intensiva e rica, com rendimentos que figuram entre os mais elevados do mundo, nas duas culturas principais, que são a cana de açúcar e o algodão. Essas duas culturas ocupam pouco mais da metade da superfície cultivada. Com base nessa agricultura, orientada essencialmente para a exportação, mas acompanhada pela que abastece ao mercado interno, produziu-se um desenvolvimento das outras atividades: indústria, comércio e finanças, serviços, etc. Além disso, a Costa contou com a vantagem de estar nela a Capital; da proximidade do mar, que permitiu o transporte dos produtos antes do aparecimento do automóvel; de depósitos petrolíferos explorados desde o princípio do século; e, “last, but not least” com maior contato com o resto do mundo, com a conseqüente influência de idéias, técnicas e culturas. O resultado disso é que, apesar de sua população não chegar a 30 por cento do total, produz cerca de 60 por cento da Renda Nacional e a renda “per capita” é o dôbro da média nacional e o triplo da da Serra.

A Região da Serra apresenta, em geral, um nível muito mais baixo que o da Costa. Nela, a falta de terras cultivadas é ainda maior, existe uma proporção mais elevada da população que depende da agricultura, as terras estão em grande parte esgotadas, a técnica é atrasada, e o clima, a topografia e a altitude são desfavoráveis. A economia da região depende principalmente de uma agricultura primitiva, em sua maior parte caracterizada por auto-suficiência primitiva, embora certas zonas enviem seus produtos para a Costa. A situação melhorou com o desenvolvimento da pecuária de gado vacum e lanífero nos pastos naturais de altitude; e porque a Serra é a região de grande riqueza mineral da qual provém quase tôda a produção peruana dêsse gênero, salvo petróleo e ferro, que estão localizados na Costa. Contudo, o desenvolvimento econômico é limitado, o nível cultural é muito baixo, o índice de analfabetismo é alto e o padrão de vida é reduzido. Com cerca de 60 por cento da população, produz menos de 40 por cento da Renda Nacional, e que são em boa parte, devidos ao minério.

A região da Selva tem um desenvolvimento incipiente, como o demonstra o fato de que, apesar de constituir a maior parte do

território nacional (62%), tem apenas 12 por cento da população. A enorme dificuldade de acesso, devido à Cordilheira dos Andes que obriga subir a mais de 4 mil metros de altura para atingir a Selva, salvo uma passagem baixa no Norte, constitui uma dificuldade muito grande para seu desenvolvimento demográfico e econômico, ao qual se juntam os problemas do clima tropical. Além da agricultura de subsistência, só se vem desenvolvendo a produção de frutas e produtos de alto valor específico, que resistem ao frete, como por exemplo, o chá e o café, cuja produção aumenta rapidamente.

A PRODUÇÃO ECONÔMICA: RENDA NACIONAL

A economia do Peru continua caracterizada pelo predomínio das atividades primárias (agricultura e mineração), especialmente no que se refere à distribuição da população ativa. De acordo com a última publicação sobre a renda nacional, feita pelo Banco Central de Reserva, e que corresponde ao ano 1957, essa distribuição era a seguinte:

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE

	1957	%
Agricultura e Pecuária	2.220.888	62,45
Mineração	70.609	2,00
Indústria	624.995	17,58
Serviços	120.706	3,39
Comércio	164.784	4,63
Finanças	12.742	0,36
Diversos	218.472	6,14
Governo	122.821	3,45
TOTAL	3.556.017	100.00

Por conseguinte, pouco mais de seis décimas partes da população economicamente ativa estavam dedicadas à agricultura, vindo, em seguida, a indústria, com pouco mais de uma sexta parte, embora se deva advertir que se trata mais de pequena indústria doméstica e artesanal que de indústria fabril. O grupo constituído pelas atividades terciárias (comércio, finanças, serviços, Governo) absorvia pouco menos da quinta parte da população ativa do país. Portanto, o predomínio das atividades primárias (agricultura, pecuária, e mineração) continua sendo muito acentuado, e os dados comparativos com o ano de 1942, para o qual se dispõe de dados oficiais de renda, mostram mudanças significativas. No entanto, o fato de que desde 1940 não se tenha realizado um Censo de população e ocupação, nos leva a encarar essa informação com certas reservas.

A composição do Produto Bruto e da Renda Nacional indicam predomínio das atividades primárias, ainda que já venham perdendo terreno. Isso é natural, tendo-se em conta que, por um lado, a renda produzida por pessoa ocupada em tais atividades é quase sempre menor que a verificada nas demais, devido a fatores inerentes à sua própria natureza, e, por outro lado, o desenvolvimento alcançado no último decênio, pelo comércio, indústria e serviços. No quadro seguinte mostra-se a composição da Renda Nacional e do Produto Bruto do ano de 1957, último para o qual há dados, assim como de cinco anos antes, em 1952, a título de comparação.

As atividades primárias (agricultura e mineração) representavam em 1957, 38 por cento da renda nacional, correspondendo 15 por cento à indústria e o resto às atividades terciárias. Convém assinalar que a partir de 1955, se vem manifestando um notável decréscimo da importância das atividades primárias, que, até então constituíam 47 por cento da renda nacional. Isso decorreu da seca dos anos 1956 e 1957 e da expansão da indústria, do comércio, das finanças e do Governo, sendo que mais das atividades terciárias que das secundárias. No entanto, é possível que as cifras dos anos 1956 e 1957 estejam exagerando o declínio da agricultura, pela razão acima mencionada.

A Renda Nacional equivalia a 1.240 milhões de dólares à taxa de câmbio vigente no ano de 1957, e a renda média *per capita* que era de 2.350 soles equivalia a 124 dólares *per capita*. O produto nacional bruto era de 1.785 milhões de dólares e o produto

A RENDA NACIONAL SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE

(Em milhões de soles)

	1952		1957	
	S/	%	S/	%
Agricultura e Pecuária ...	6.355	39	6.522	28
Mineração	1.418	9	2.257	10
Indústria	1.836	12	3.490	15
Serviços	800	5	1.324	5
Comércio	2.654	16	4.532	19
Finanças	384	2	941	4
Diversos	953	6	1.392	6
Governo	1.742	11	3.167	13
TOTAL	16.142	100	23.655	100

per capita cerca de 178 dólares. Essas cifras são baixas dentro do próprio grupo de países subdesenvolvidos, mas cabe advertir que, em nossa opinião, subestimam sensivelmente o verdadeiro nível da renda nacional, dada a dificuldade de elaboração dessas estimativas nas condições especiais em que se encontra o país.

Em consequência do que se explicou anteriormente, existem efetivamente, na economia do Peru, dois setores distintos, um dos quais poderia chamar-se o da economia monetária e outro o da economia primitiva. O primeiro é constituído pela região da Costa e pela menor parte da Serra; o segundo é formado pela maior parte dessa última região. Ao primeiro corresponde a agricultura comercial, principalmente a de exportação; a mineração; a indústria fabril; o comércio; e os serviços. Ao segundo corresponde a agricultura (e pecuária) primitiva quase de auto-suficiência

da Serra, e a indústria doméstica. Essa divisão constitui um dos problemas econômico-sociais mais importantes, se não o maior, que o país enfrenta, já se trata de nivelar e integrar, até onde seja possível, êsses dois setores.

A distribuição da renda nacional entre as duas regiões do país mencionadas, é reflexo do fato da renda média da população da Costa ser o triplo da correspondente à Serra. Mesmo sabendo que se tem de encarar com reservas estas comparações, a comprovação mais superficial das condições de vida nas duas regiões mostra a grande diferença que existe entre as mesmas, devendo ainda ter-se em conta que na renda da Serra um componente importante é a produção mineira, cuja maior parte não é recebida pela população, pois deixa o país na forma de amortizações, lucros e outras despesas das companhias estrangeiras das quais provem a metade, aproximadamente, dessa produção.

Outra consequência dessa curiosa estrutura econômico-social, é o fato de representar a parcela da renda nacional, recebida pelos trabalhadores dependentes (ordenados e salários dos empregados e operários), 40%, proporção muito mais baixa do que a observada em outros países. Isso se deve à importância numérica do setor primitivo da agricultura, bem como o dos pequenos empresários dedicados ao comércio, serviços, etc. Dá-se assim, o caso "sui generis", de que o grupo classificado como "patrões, colaboradores, ocupados por própria conta e outros" ser mais numeroso que o dos primeiros, recebendo porém renda total inferior e com renda *per capita* de menos da metade.

É interessante assinalar também, a forte concentração da renda nacional no Departamento de Lima, onde está situada a Capital do país. Êsse Departamento conta com 16% da população ativa, mas lhe correspondem nada menos que 42% da renda nacional. Isso se deve a várias causas, a saber: a forte concentração da indústria (68% do total), do comércio (45%), das finanças (90%), dos serviços (68%) e do Governo (71%), não sendo desprezível tampouco a produção agrícola (9%). Como resultado disso, a renda *per capita* nesse departamento é de 6.254 soles, ou seja, duas vezes e meia a média nacional (2.350) e quase quatro vezes a média dos outros departamentos (1.630).

Tratando-se das diferenças regionais, deve-se acrescentar ainda que elas são maiores na Agricultura. Assim, cálculos efetuados mostram que em 1955 (ano não afetado pela seca, como o foram

PESSOAS OCUPADAS, RENDIMENTOS E RENDA NACIONAL

GRUPO	Milhares de Pessoas	%	Renda Milhões	%	Renda média soles
Empregados e operários ...	1.295	36	9.932	42	8.220
Empregadores, ocupados por própria conta, etc.	2.063	57	7.905	34	3.832
Aluguéis, lucros e juros	247	7	5.818	24	23.658
TOTAL	3.604	100	23.655	100	6.563

os de 1956 e 1957) a renda média da população agrícola da Costa foi de 3.233 soles, contra 5.138 do resto da população (59% acima) e 4.282 para toda a Costa (32% acima). Na Serra a renda da população agrícola foi de 800 soles, ou seja, uma quarta parte da verificada na Costa, e muito inferior à do resto da população da mesma região, que foi de 2.880 soles (3,6 vezes) sendo a média de toda a população da Serra de 1.528 soles (quase o dôbro da agrícola). Ainda que esses dados sejam apenas aproximados, mostram as grandes diferenças que existem entre a população que vive da agricultura e os demais setores. Verifica-se, por conseguinte que a situação da Serra é nitidamente inferior à da Costa, em ambos os aspetos examinados acima.

RENDA MÉDIA (SOLES)	Costa	Serra
População agrícola	3.233	800
População não agrícola	5.138	2.880
POPULAÇÃO TOTAL	4.282	1.528

Da análise sucinta que se acaba de fazer tira-se uma conclusão da maior importância: existe um grande setor da popu-

REDA NACIONAL (em dólares)

PAÍS	Ano	Renda em moeda nacional (milhões)	Unidades por dólar	Renda Nacional em dólares (milhões)	Renda per capita em dólares
Argentina	1955	122.311	14.00	8.737	457
Bolívia	1955	279.886	—	187	58
Brasil	1955	549.300	43.30	12.686	217
Chile (*)	1955	—	—	2.000	296
Colômbia	1954	8.729	2.50	3.492	282
Costa Rica	1950	1.120	9.27	121	151
Cuba	1955	1.863	1.00	1.863	320
Rep. Dominicana (*)	1955	513	1.00	513	203
Equador	1955	9.100	15.15	601	164
El Salvador	1956	—	—	482	220
Guatemala (*)	1955	609	1.00	609	187
Haiti	1954-55	—	—	230	70
Honduras	1955	546	2.00	273	164
México	1955	74.760	12.50	5.981	202
Nicarágua (*)	1950	1.027	6.92	148	140
Rep. do Panamá ...	1954	221	1.00	221	249
Paraguai	1955	10.920	60.00	182	116
PERU	1955	20.794	19.18	1.084	118
Uruguai	1955	3.000	3.20	938	359
Venezuela	1954	11.042	3.35	3.296	588
Estados Unidos	1956	343.620	—	343.620	2.027

(*) Produto Bruto Nacional.

lação do país com rendas muito baixas, devido à baixa produtividade da agricultura, à qual se dedica. Em consequência, o primeiro ponto que deve ser considerado em qualquer programa de desenvolvimento econômico é a elevação da produtividade e das rendas desse setor, ao mesmo tempo que são criadas outras fontes de ocupação. Se isso não fôr feito, o desenvolvimento das outras atividades, a começar pela indústria, enfrentará uma barreira intransponível, não se conseguindo, além disso, uma integração econômica e social da população do país.

Apresenta-se a seguir outro quadro com a renda *per capita* da população ativa segundo ramos de atividade. Convém chamar a atenção, no entanto, para o conhecido perigo do emprêgo de médias, especialmente em atividades tais como a mineração e as finanças, nas quais a proporção correspondente ao fator trabalho é muito mais baixa do que na agricultura.

RENDA "PER CAPITA" DA POPULAÇÃO ATIVA SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE

	1957
Agricultura e pecuária	2.997
Mineração	31.966
Indústria	5.177
Serviços	9.798
Comércio	25.150
Finanças	73.810
Diversos	6.269
Govêrno	25.768
TOTAL	6.563

PRODUTO BRUTO E RENDA NACIONAL (Em milhões de Soles)

ANO	Produto Bruto	Renda Nacional	Renda Nacional Real (*)	Variação anual
1950	15.148	12.039	17.270	—
1951	18.706	14.524	19.270	+ 11,6%
1952	20.965	16.142	20.274	+ 5,2%
1953	22.647	17.146	19.794	— 2,4%
1954	25.082	18.690	20.008	+ 1,1%
1955	28.539	20.794	21.661	+ 8,3%
1956	31.626	22.061	22.061	+ 1,9%
1957	33.710	23.655	22.549	+ 2,2%
1958	35.854	25.177	21.340	— 5,4%
1959	43.907	30.251	22.414	+ 5,0%
1960	48.900	34.122	24.047	+ 7,3%

(*) A preços de 1956.

EVOLUÇÃO DA RENDA NACIONAL DE 1945 A 1960

O crescimento tanto demográfico como econômico do Peru nos últimos 15 anos, ou seja, desde o término da guerra, foi bem rápido embora irregular quanto ao segundo aspecto. Assim, a população aumentou entre 1945 e 1960 de 7,8 milhões de habitantes para 10,8 milhões (estimativa) nesse ano, ou seja, de 38 por cento, o que dá um aumento médio ligeiramente superior a 2 por cento, que se elevou, agora, para 2,5 por cento. A renda nacional a preços constantes, aumentou de 2,658 milhões de soles (poder aquisitivo de 1942) para 4.760 milhões em 1960 (estimativa), ou

ÍNDICES DE CRESCIMENTO ECONÓMICO

Porcentagem de Variação Anual

Média 1945-1957

PAÍS	População	Renda Per Capita	Produção Industrial	Produção Alimentos e fibras	Formação de Capital	Volume da Exportação	Custo de Vida
Argentina	2	1	4	2	— 3	½	19
Brasil	2 ½	3	8	4 ½	5	— 3 a	13 ½
Chile	2	0	1 ½	2 ½	1 ½	½	33
Colômbia	2 ½	2 ½	—	2	4 ½	— ½	9 ½
Cuba	2	1	—	—	9 ½	1 ½	— ½ a
República Dominicana .	3	4 ½	—	—	11 ½	6	2 ½
Equador	3 ½	2 ½ b	—	—	5 ½	6 ½	1 ½ c
Guatemala	3	2 d	4 e	—	10 ½	— ½	2 ½
México	3	3	5 ½	6	5 ½	6 ½	9
Panamá	2 ½	3 b	—	—	12	3 ½	— ½ f
Peru	2	2 ½	7 ½	3	7 ½	8	11
Venezuela	3	4 ½ g	14	4 ½	15	8 ½	3

a — 53-57

c 50-57

e 46-57

g 47-57

b — 50-56

d 45-56

f 52-57

seja, de 80 por cento, o que dá uma média anual de 4 por cento, importando assim em crescimento *per capita* de cerca de 1,5 por cento.

Na realidade, o crescimento da renda nacional (em termos reais) foi irregular, alternando-se períodos de aumento rápido com outros de estagnação e mesmo de retrocesso. Isto torna arriscado efetuar comparações e tomar médias em períodos curtos, porque os resultados podem ser muito diferentes. Assim, tomando o triênio de 1945 a 1948, o aumento foi pequeno: 5,9%; no triênio seguinte, de 1948 a 1951, o incremento foi muito forte: 41,4%; entre 1951 e 1954, apenas chegou a 4,8%; de 1954 a 1957, foi de 12%, e de 1957 a 1960, estima-se em 7%. Tomando os 15 anos de 1945 a 1960, tem-se um aumento de 80 por cento, o que dá uma média anual de 4%. Em compensação, entre 1945 e 1955, a renda aumentou de 66,5%, o que dá a média anual de 5 $\frac{1}{4}$ %. *Provavelmente a cifra mais realista é a de um aumento médio de 4,5% ao ano.* Cumpre advertir que o período compreendido entre 1956 e 1959 foi desfavorável, pois, em quatro dos últimos 5 anos, não houve aumento, verificando-se, em 1960, sensível reação.

A causa principal dessas grandes flutuações é constituída pela variação do valor das exportações, determinada pelos preços mundiais. Como acontece nos países subdesenvolvidos, o setor de exportação tem uma importância muito grande na economia, o que sujeita a renda a vicissitudes determinadas pela situação daquele setor. Naturalmente atuam também fatores de origem interna, devendo-se mencionar particularmente a forte seca de 1956 e 1957 no sul do país, que afetou consideravelmente a produção agrícola, e os períodos de forte inflação, como 1945 a 1948 e 1956 a 1959, que têm efeitos prejudiciais sobre a produção.

EXPORTAÇÕES

As exportações constituem cerca de 19 por cento do produto bruto e 27 por cento da renda nacional (média dos anos de 1955-59), o que dá idéia de sua importância na economia. Também é interessante assinalar que elas têm crescido nos últimos 25 anos num ritmo médio de 7 por cento ao ano, que é consideravelmente superior ao da renda nacional (aproximadamente 4,5 por cento). Assim, em 1939, as exportações eram de 71 milhões de dólares; em 1949, 154 milhões, e em 1959, 314 milhões.

As exportações peruanas, embora sendo praticamente em sua totalidade constituídas de produtos primários (alimentos e matérias-primas) têm uma diversidade muito maior que a de quase todos os países semelhantes, igualada na América Latina somente pelo México. Esta diversidade faz com que o valor de suas exportações esteja sujeito à flutuações menos violentas que as dos países onde são constituídas em sua maior parte por um só produto ou por alguns produtos. Além disso, nos últimos anos esta diversidade aumentou pelo aparecimento de novos produtos que adquiriram rapidamente grande importância.

No quadro seguinte indica-se o valor dos principais produtos exportados pelo país nos últimos cinco anos. Pode-se observar que 95 por cento do total são constituídos por 12 produtos, e que em 1959 três deles (algodão, açúcar, e produtos de pesca) constituíram 48 por cento do total. As exportações estão divididas entre produtos agrícolas (incluindo pecuária e pesca) e produtos minerais, em proporções variáveis segundo os anos, tendo predominado nos dois anos mais recentes, os primeiros, e anteriormente os últimos.

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS, 1956-1959
(Milhões de dólares)

PRODUTO	1956	1957	1958	1959
Algodão	85,7	68,0	75,4	69,5
Açúcar	32,9	50,1	34,3	36,2
Lã	8,0	9,8	6,1	9,0
Café	8,9	12,9	15,8	15,6
Petróleo e derivados ...	23,9	26,7	16,5	23,6
Cobre	33,6	24,5	22,1	24,9
Chumbo	31,1	29,3	24,4	21,2
Zinco	14,1	15,1	11,3	14,1
Ouro	3,2	10,0	10,0	2,4
Prata	18,0	17,9	19,0	20,4
Ferro	14,8	23,4	16,4	20,1
Pesca e derivados	15,8	19,7	20,6	45,3
Subtotal	290,0	307,4	271,0	302,3
TOTAL	311,4	330,1	291,4	314,2

Antes da segunda guerra mundial, o principal produto de exportação era o petróleo e seus derivados, com 35% do total, seguidos pelo algodão, com cerca de 25%, o cobre com 15% e o açúcar com 10%, somando os quatro, 85% do total das exportações. Depois da guerra esta situação tem variado, sobretudo nos últimos cinco anos, porque a importância do petróleo diminuiu muitíssimo devido ao aumento do consumo interno; o algodão e o açúcar mantiveram mais ou menos sua proporção; os metais não ferrosos aumentaram de importância e apareceram o minério de ferro, produtos da pesca e o café. Os quatro produtos principais, que representavam 85% das exportações ficaram reduzidos a 50%; e os três produtos novos representavam no ano passado, mais de 25%. Em 1960 haverá uma nova modificação, porque o cobre, cuja produção se expande, aumentará muito, o mesmo devendo acontecer com o ferro e o algodão, e os produtos da pesca diminuirão.

Em volume físico, as exportações aumentaram também consideravelmente entre 1937 e 1959, a saber: algodão, 44%; açúcar, 50%; cobre, 300% (devendo triplicar durante o corrente ano); chumbo, 200%; zinco, 900%. Em compensação, o petróleo declinou acentuadamente porque não foram encontradas novas jazidas, surgindo, porém, em compensação, o minério de ferro e os produtos da pesca.

Não será demais acrescentar algumas cifras relativas ao crescimento da produção destinada ao mercado interno. Nos dez últimos anos, a produção industrial aumentou segundo ritmo equivalente ao das exportações, ou seja, de 7 por cento ao ano; e as de energia elétrica e de cimento tiveram acréscimo médio anual de 10 por cento.

Não obstante, a produção de alimentos não aumentou em igual proporção, pelo motivo anteriormente mencionado da escassez de terras cultivadas e da baixa produtividade da maioria das mesmas, constituindo isso um dos problemas do desenvolvimento econômico que é preciso examinar.

A POUPANÇA E A FORMAÇÃO DE CAPITAL

Nos dez anos transcorridos entre 1947 e 1957 (último para o qual existem dados publicados), o investimento líquido do país absorveu média de 14% da renda nacional, experimentando varia-

RECEITA E DESPESA DO GOVERNO E RENDA NACIONAL (Milhões de Soles)

ANO	Renda Nacional	Receita	%		Despesa	%	
			Receita	Renda Nacional		Despesa	Renda Nacional
1950	12.039	2.030	16,9		1.897	15,8	
1951	14.524	2.532	17,4		2.504	17,2	
1952	16.142	2.902	18,0		3.007	18,6	
1953	17.146	3.146	18,3		3.548	20,7	
1954	18.690	3.499	18,7		3.687	19,7	
1955	20.794	4.170	20,0		4.090	19,7	
1956	22.061	4.637	21,0		4.877	22,1	
1957	23.655	5.355	22,6		5.845	24,7	
1958	25.177	5.527	21,9		6.410	25,5	
1959	30.251	6.626	21,9		6.964	23,0	
1960	34.122	7.906	23,2		7.700	22,6	

ções apreciáveis com períodos baixos (1948, 1953, 1956 e 57) e outros altos (1950, 1951, 1954, 1955). Durante o mesmo período, a renda nacional aumentou em média de 4,5% ao ano, o que indica uma razão de pouco mais de 3 para 1. O coeficiente de investimento está entre os mais altos da América Latina, observando-se, porém, que os anos de 1958 e 1959 foram de declínio, esperando-se uma recuperação ano corrente (1960).

O ORÇAMENTO FISCAL

No ano de 1949, as despesas públicas absorveram 14,8% da renda nacional e 11,3% do produto bruto, enquanto que em 1959

absorveram 23% da renda (6.900 sobre 30.000) e 15,7% do produto. Portanto, a participação do Estado na produção econômica do país aumentou de 50%, devendo mencionar-se que em 1959, houve correção, porque em 1957, as proporções foram de 26,6% e 18,6% e em 1958, foram quase iguais.

DESVALORIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O Peru não pôde fugir do processo de desvalorização interna e externa que afligiu os países latino-americanos, se bem que a intensidade foi menor do que a verificada em muitos deles. Esse processo será estudado com detalhe em outro trabalho, juntamente com a história do sistema cambial vigente no país. Por isso, far-se-ão, apenas, agora, breves considerações.

ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA

(Base 1956 = 100)

MÉDIA DO PERÍODO	ÍNDICE	VARIAÇÃO
1950	67,0	
1951	73,8	+ 10,1
1952	79,0	+ 7,0
1953	85,8	+ 8,6
1954	90,1	+ 5,0
1955	94,4	+ 4,8
1956	100,0	+ 5,9
1957	107,3	+ 7,3
1958	115,9	+ 8,0
1959 — Total do ano	130,6	+ 12,7
1.º trimestre	121,7	+ 5,0
2.º trimestre	126,0	+ 3,5
3.º trimestre	135,6	+ 7,6
4.º trimestre	139,4	+ 2,8

Nos vinte anos transcorridos entre 1939 e 1959, o índice do custo de vida aumentou a um ritmo anual de pouco mais de 11,4%, passando, assim, de 110 para 1.010, ou seja, nove vezes mais. Entretanto, a taxa de câmbio passou de S/ 5,33 para S/ 27,70 por dólar, ou seja, pouco mais de cinco vezes, com um ritmo anual de 8,5%. Nos nove anos transcorridos entre 1950 e 1959, o índice do custo da vida aumentou de 482 para 940, ou seja, duas vezes; e a taxa de câmbio subiu de S/ 15 a S/ 27,70 por dólar, ou seja, 85 por cento, o que dá uma média anual de $7\frac{3}{4}\%$ e 7%, respectivamente. Houve, assim, períodos de estabilidade cambial e de escasso aumento do custo de vida e outros períodos de desvalorização e de forte alta do custo de vida.

A causa principal desse processo de desvalorização monetária foi o exagerado crescimento do meio circulante, o qual passou de 196 milhões de soles em 1939 para 1.173 milhões em 1949 (seis vezes mais) e para 4.725 milhões em 1959 (quatro vezes mais do que era 1949 e 24 vezes mais do que em 1939). Isso foi causado pelo desequilíbrio das finanças públicas, tendo o Governo lançado mão de fortes empréstimos do Banco Central com as conseqüentes emissões de meio circulante.

OS PROBLEMAS DA ECONOMIA NACIONAL

Como todo país, e não é só o caso dos subdesenvolvidos, o primeiro problema que o Peru enfrenta é o de aumentar sua produção e a sua renda nacional, que é muito baixa, e de fazê-lo com maior rapidez do que o crescimento da população que se vem acelerando, para que se alcance, desse modo, melhoria efetiva na situação desta. Mas, como o crescimento demográfico atinge 2,5% ao ano, é necessário que a renda nacional aumente pelo menos de 5% ao ano em média, para manter o mesmo ritmo de crescimento da renda *per capita* que se verificou no período 1947/1957. Na realidade, deveríamos fazer com que a renda *per capita* aumentasse pelo menos de 3% ao ano, o que resultaria em seu aumento de 50% em 14 anos e sua duplicação no prazo de 23 anos.

Esse problema do aumento da produção deve ter preferência sobre o de procurar melhor repartição da renda nacional, sem que se negue a importância, desse aspeto, visto que ainda que essa renda estivesse distribuída de modo perfeitamente uniforme, a renda *per capita* seria muito baixa. Além disso, com essa repartição ter-se-ia elevado consideravelmente a proporção da renda consumida,

com a conseqüente diminuição da poupança nacional, de cujo montante e boa aplicação depende o ritmo de crescimento da produção econômica nacional. O pequeno progresso conseguido de imediato, seria à custa da anulação virtual de toda expectativa de melhoria apreciável no futuro.

Apresso-me em afirmar, adiantando-me a qualquer crítica, que o exposto acima não significa, de modo algum, que preconize a acentuação da desigualdade da distribuição da renda nacional, e nem, muito menos, que seja contrário aos esforços racionais e moderados desenvolvidos, visando melhorar a situação das classes menos favorecidas. Considero, muito pelo contrário, que não convém socialmente uma desigualdade muito grande na distribuição da renda; e considero, também, que se deve tratar de melhorar a condição das classes de menos recursos. Mas creio que isto deve ser feito sem incorrer em excessos nem em precipitações, porque isso traz consigo um atraso inevitável no desenvolvimento da produção, que constitui o meio mais eficaz de melhorar a situação geral, como assinalai acima.

Fixando, pois, nossa atenção de preferência no problema do aumento da produção nacional, devemos comprovar que temos importantes limitações naturais, que são difíceis de vencer. Em primeiro lugar, o Peru, que é um país essencialmente agrícola, porque a maior parte (60%) de sua população vive do trabalho da terra, porque a agricultura e a pecuária dão origem a cerca de 35% da renda nacional e à metade do valor das exportações, é também um país com terra cultivada muito escassa: pouco menos de 1/5 de hectare por habitante. Essa escassez é a causa principal do baixo nível da renda nacional e do lento ritmo do desenvolvimento econômico do país, assunto do qual me ocupei extensamente em várias oportunidades, há mais de 20 anos, e que considero constituir o problema mais importante da economia nacional.

Como conseqüência dessa escassez da terra, a produção agrícola não aumentou até agora nem sequer segundo o mesmo ritmo que se observa para a população do país. Isso acarretou o aumento do deficit nacional de alimentos, incrementando-se assim fortemente as importações de trigo, carne e outros produtos. A importação de trigo, por exemplo, aumentou de 100 mil toneladas anuais, antes da guerra, para 300 mil toneladas, no presente.

O primeiro aspecto que se deve abordar, é por conseguinte, o do incremento da produção agrícola mediante o aumento da su-

perfície cultivada através da irrigação na Costa, e a abertura de novas zonas na Selva, assim como pela elevação dos baixos rendimentos que são obtidos em grande parte da superfície cultivada. Ao mesmo tempo, deve-se procurar obter melhor distribuição da renda agrícola, mediante o aumento das pequena e média propriedades, e a melhoria das condições em que trabalham e vivem os arrendatários e parceiros. Tudo isso constitui um programa de longo prazo, cuja formulação está atualmente a cargo de uma Comissão Oficial para a Reforma Agrária, da qual faço parte.

Quero insistir na importância que isso tem para o desenvolvimento da economia nacional, e a conseqüente elevação do nível de vida da população, no desenvolvimento da produção primária tanto agrícola como de mineração. Porquanto, em nossos países, a experiência prova que com freqüência se subestima êsse fato, concentrando-se atenção excessiva na industrialização. Apresso-me também em afirmar que não desejo com isso deixar de dar importância ao desenvolvimento industrial do país. Muito pelo contrário, há mais de 20 anos venho sustentando que êsse desenvolvimento industrial é condição indispensável para o progresso da economia nacional, mas o que desejo assinalar é que, dada a baixa capacidade aquisitiva da maior parte da população, que é agrícola, a indústria não se poderá desenvolver de modo amplo se, ao mesmo tempo, não se cuidar de elevar a capacidade aquisitiva do principal mercado consumidor. Numa palavra, o desenvolvimento econômico não deve ser unilateral senão equilibrado, conceito que é aceito hoje em dia em todo o mundo, ainda quando na prática se corra o risco de não considerá-lo.

A melhoria das condições da população agrícola é também necessária, especialmente na região da Serra, para diminuir as tremendas diferenças na situação econômica das diferentes regiões e dos diferentes setores da população, às quais me referi no começo dêste trabalho. É necessário elevar o nível de vida de um setor considerável da população, colocá-lo dentro do campo da economia monetária e levar a cabo um trabalho de integração econômica e social do país, cuja transcendência não é necessário acentuar.

Uma segunda necessidade do desenvolvimento econômico é constituída pelo aumento das exportações, para que, com isso aumente também a capacidade de importar, especialmente os bens de capital exigidos pelo desenvolvimento econômico do país. As

perspectivas a respeito são bastante favoráveis, pois o setor de exportações vem crescendo em um ritmo superior ao da produção econômica total (7% contra 4,5%), e se estima que isso continuará no futuro próximo previsível. Diferentes estimativas concordam em que o montante das exportações chegue a 500 milhões de soles no ano de 1965, o que representará um aumento de cerca de 100% em dez anos. O maior campo para êsse incremento é oferecido pela mineração, e pelos produtos novos, como com os de pesca, mais do que pelos produtos agrícolas tradicionais (algodão e açúcar) tanto pelas dificuldades em aumentar a superfície cultivada quanto pelas condições da procura mundial.

Tenho que insistir em que êsse desenvolvimento das exportações está condicionado à manutenção do regime tradicional de liberdade cambial desfrutado pelo país, exceto durante o curto período de 1945 a 1948. A experiência demonstra que, quando se estabeleceu o controle cambial, se prejudicou diretamente as exportações, uma vez que o mesmo limitou os rendimentos em moeda nacional dos produtores, enquanto que os custos internos subiam como resultado da inflação que se tratava de dissimular com o estabelecimento dos controles.

Finalmente para não estender demasiadamente êstes breves comentários, devo assinalar, como condição fundamental para um desenvolvimento econômico equilibrado e sadio, a manutenção da estabilidade monetária. A experiência mundial, e de modo particular a da América Latina, provaram que a inflação, embora possa dar transitòriamente um estímulo às atividades econômicas, depois de certo tempo, provoca, inevitavelmente, graves transtornos econômicos e sociais. Nos últimos anos, vimos os sérios esforços feitos por muitos desses países para pôr fim a êsse processo, enfrentando dificuldades não superadas ainda totalmente, devido à intensidade e duração do processo inflacionário.

Não é necessário estender-se muito sobre os efeitos adversos da inflação, já que todos os nossos países os estão sentindo, ou já os sentiram em maior ou menor grau. Tais efeitos desfavoráveis podem ser resumidos da seguinte forma: em primeiro lugar, a inflação determina uma redistribuição da renda de um país, em favor dos empresários e produtores, porque seus custos sobem com atraso relativamente à subida dos preços; dos devedores que pagam com moeda de menor poder aquisitivo; daqueles que têm sua riqueza sob forma de bens reais. Por outro lado, a inflação prejudica aqueles que têm a sua riqueza na forma de direitos

determinados em termos monetários (bônus, hipotecas, seguros, poupanças, etc.); aos credores; aos que recebem rendimentos fixos em termos monetários, ou que variam com menos rapidez que os preços (pensões, vencimentos, salários).

Em segundo lugar, a inflação, se bem que em suas primeiras etapas estimule a produção econômica, ao longo prazo a prejudica, porque exige maiores capitais para sustentar o mesmo volume real das atividades; porque produz verdadeira erosão dos capitais fixos, cujo custo de reposição aumenta fortemente; porque acarreta aumento da pressão tributária; e porque conduz ao estabelecimento de controles de preços e de divisas, que prejudicam especialmente os setores básicos da produção nacional.

Em terceiro lugar, a inflação reduz o valor real das poupanças acumuladas e desestimula a acumulação de novas poupanças, devido à desvalorização monetária; impõe uma poupança forçada (na forma de diminuição do consumo) aos grupos da população cujos rendimentos são diminuídos, o que é socialmente injusto; dificulta sensivelmente a formação e o desenvolvimento de um mercado de capitais a longo prazo, necessário para os investimentos privados e públicos; determina má orientação das inversões, em setores que não são os mais convenientes para o país, mas que são os mais lucrativos ou os mais protegidos em face da desvalorização, e, finalmente, não atrai os capitais estrangeiros de instabilidade monetária, dos controles e das dificuldades para transferir divisas.

Em quarto lugar, a inflação ocasiona dificuldades no balanço de pagamentos pelo aumento exagerado da procura de importações, o que produz o esgotamento das reservas monetárias e torna necessária a desvalorização, para ajustar o valor externo da moeda ao seu valor interno; ou, alternativamente, o estabelecimento ou intensificação do controle cambial, que não corrige o mal, e sim o agrava, e que tampouco evita a desvalorização, que sempre ocorre depois de certo tempo e geralmente em muito maior escala, o que torna mais penoso ainda o processo de reajustamento da economia.

Portanto, citando uma frase muito verdadeira de uma conferência pronunciada, faz pouco, pelo Professor Eugênio Gudín sobre este mesmo tema, "o ativo da inflação é muito pequeno, enquanto seu passivo é muito grande". Além do mais, poderia acrescentar que o ativo tem curta duração, enquanto que o passivo subsiste por muito tempo.

Como em muitos países da América Latina a inflação provocou sérias e persistentes dificuldades no balanço de pagamentos, nunca é demais sublinhar a conexão que existe entre esses dois fenômenos. A esse respeito, Haberler no seu "Estabilidade e Progresso na Economia Mundial" escreveu o seguinte:

"Hoje em dia há, de modo geral, muito mais entendimento do que há poucos anos sobre a razão básica dos *deficits* crônicos (contínuos ou intermitentes) do balanço de pagamentos. Aliás, a "escassez de dólares", mal de que sofrem muitos países, deve encontrar seu motivo no fato de que esses têm por diversas razões uma maior "propensão a inflar" que os países que apresentam *superavit*. Desde logo, há muitos motivos para uma alta propensão a inflar. Alguns são de natureza "ideológica", "política" e "social"; outros estão profundamente arraigados no desenvolvimento histórico recente ou mesmo mais distante de um país, enquanto, outros, são bem "reais". Por exemplo, é fácil entender porque durante um certo tempo, no após-guerra, era quase impossível aos países devastados pelo conflito controlar a inflação (quer fôsse essa aberta ou reprimida); ademais, é natural que os países com pouca disposição para tolerar o desemprego, com um elaborado sistema de bem-estar social, exorbitantes taxas de impostos diretos e sindicatos agressivos tenham que lutar constantemente contra o látigo da inflação. Análogamente, não é de surpreender que os países pobres e atrasados, quando despertam e se propõem a um desenvolvimento rápido, a fim de igualarem-se com os países mais adiantados, estejam continuamente tentados a gastar além de seus recursos e a viver acima de seus meios.

Com tal riqueza de material disponível para explicar os balanços de pagamentos desfavoráveis, material esse que oferece oportunidades ilimitadas para pôr em ação "propensões", "assimetrias", "efeitos de demonstração" e muitos outros "gadgets" caros ao coração do teórico, é difícil compreender porque alguns acham necessário recorrer a hipóteses tão pouco plausíveis e rebarbativas como a súbita aparição na 4.^a década deste século, de discutíveis elasticidades reais da demanda internacional (de continentes inteiros e para uma grande diversidade

de países), ou à teoria, igualmente bizarra, segundo a qual, desde a 3.^a ou 4.^a década de nosso século, os balanços de pagamentos (e a relação de trocas) devem inverter-se inexoravelmente em favor dos países que progredem com maior rapidez”.

Sabemos que a inflação é, na realidade, o resultado do desejo de um setor econômico de obter uma participação da renda nacional maior do que a que lhe corresponde, quer se trate do Governo, dos produtores ou dos trabalhadores. Para que determinado setor obtenha essa maior participação seria necessário que os outros fatores reduzissem as suas, mas a resistência por parte dos mesmos para fazer êsse sacrifício determina a alta dos preços. Essa elevação dos preços representa a manifestação da inflação aberta.

As causas da inflação são constituídas dêsse modo pelos deficits fiscais particularmente freqüentes em nossos países e que provocam emissões de meio circulante; por tributação e política de benefícios sociais excessivos, que pressionam para cima os custos e os preços; por aumentos de salários que superam aos da produtividade; por inversões que excedem a poupança natural e não financiam através de expansão indevida do crédito. A essas causas se pode acrescentar como causa exógena, de aparição eventual, os saldos fortemente positivos da balança de pagamentos motivados por um forte incremento dos preços das exportações em período de auge destas, determinando a expansão dos meios de pagamento.

Desejo citar aqui, como o fiz há oito anos, ao tratar do mesmo tema em meu país, uma declaração do Senhor Horácio Láfer, então Presidente da Junta de Governadores do Banco Mundial de Reconstrução e Fomento e Ministro da Fazenda do Brasil, hoje Chanceler dêste país, e que afirmou na reunião anual dêsse Banco, levada a cabo em setembro de 1952 no México, o seguinte:

“Todos sabemos que a inflação significa instabilidade econômica e injustiça social. Sob condições inflacionistas a procura de bens e serviços excede os recursos

reais disponíveis, e só beneficia a um grupo pequeno, castigando severamente a massa de consumidores. Os recursos são desviados de importantes setores de produção, e o desenvolvimento equilibrado do país sofre atraso”.

Com estas concisas e eloqüentes palavras que agora relembro, ponho ponto final a esta palestra.

CONCLUSÕES

As características da economia peruana podem ser resumidas da seguinte forma :

- 1) O Peru tem três regiões geográficas muito distintas no que concerne à ordem econômica e social. Tais regiões são determinadas por dois acidentes geográficos decisivos, que são a Cordilheira dos Andes e a corrente marinha fria, que determinam o clima dessas regiões.
- 2) A renda nacional é muito baixa, e revela grandes desigualdades entre as três regiões. A Costa tem uma renda *per capita* três vezes superior à da Serra, devido a uma agricultura mais rica e a um apreciável desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços. A economia da Serra é em grande parte primitiva, auto-suficiente e à margem dos fenômenos monetários, baseada numa agricultura com grande insuficiência de terras, atraso técnico e baixo rendimento.
- 3) A população do país que vinha crescendo em média de 2% ao ano, aumenta agora segundo uma taxa de 2,5%. A renda nacional aumentou até 1957, em média, de 4,5% ao ano, decaindo depois o ritmo até o presente ano quando voltou a subir.
- 4) As exportações têm uma grande importância já que constituem mais de um terço da renda nacional e quase um quinto do produto bruto. Constitui o setor dinâmico da economia, com um crescimento médio de 7% ao ano, ainda que sujeito a flutuações apreciáveis determinadas pelos preços internacionais. Esse setor caracteriza-se por uma diversidade relativamente grande de produtos, sendo todos, porém, de caráter primário.
- 5) A agricultura ocupa cerca de 60% da população, dando origem de 30 a 35% da renda nacional e a cerca de metade

das exportações. Continua sendo o principal ramo de atividade econômica, ainda que tenha perdido terreno em favor da indústria e especialmente para as atividades terciárias.

- 6) O investimento líquido absorveu 14% da renda nacional, com um dos coeficientes mais altos na América Latina. Em 1958 e 1959 caiu em consequência do decréscimo das exportações.
- 7) O Peru não escapou de um processo de desvalorização externo e interno bastante acentuado, ainda que inferior ao de outros países. Nos últimos vinte anos o custo de vida subiu 9 vezes e a taxa de câmbio pouco mais de 5 vezes. Desde 1950 até o presente, o custo de vida duplicou e a taxa de câmbio aumentou de 80%. Têm-se verificado períodos de estabilidade seguidos por outros de forte desvalorização. A causa principal desta foi o desequilíbrio das finanças, que determinou um crescimento exagerado do meio circulante, o qual é agora 24 vezes maior do que era 20 anos atrás, e 3 vezes e meia do que era há 10 anos.

S U M M A R Y

In this article the author intends to give a broad vision of the Peruvian Economy mainly through its structural relationships. As defined by the Author the main features of the Peruvian Economy are the following:

"With regard to the economic and social aspects, Peru has three quite different geographical regions. These regions are determined by two main geographic features — the Andes and the cold stream which conditions the climate of these regions".

"National Income is very low and indicates great inequalities among the three regions. The Coast has a per capita income three times as high as that of the Sierra, because of a richer agriculture and a quite substantial development of manufacturing, trade and services. The Sierra economy is a backward self-sufficient area and largely a barter economy. In this region agriculture suffers from a great shortage of arable lands and low level of technology and, therefore, low level of productivity."

"The population has been increasing at an average annual rate of 2% and is now growing at a rate of 2.5%. National Income has

been expanding until 1957 at an average rate of 4.5% per annum, slowing down during the last years. It started to rise again nowadays."

"Exports have a major importance because they stand for 1/3 of the National Income and almost 1/5 of the GNP. Exports are the most dynamic sector of the economy, showing an average growth rate of 7% per year, although they are subject to large fluctuations mainly due to international prices. This sector features relative great diversity of commodities most of which, however, are primary products".

"Sixty per cent of the population is employed in agricultural activities which account for something between 30 and 35% of the National Income and almost half of the exports. It is still the main economy sector, although it is losing ground in favour of manufacturing and particularly services".

"The Net Capital Formation absorbs 14% — one of the highest coefficients in Latin America. During 1958 and 1959 this percentage dropped as a consequence of decreased exports.

"Peru could not avoid the severe process of external and domestic devaluation, although less severe than that observed in other Latin America Countries. During the last twenty years the cost of living rose nine times and the exchange rate a little over five times. Since 1950 up to now the cost of living doubled and the price of foreign currency increased 80%. Periods of stability have been followed by periods of strong devaluation. The main cause of unstability has been a deficit spending policy which has determined an excessive expansion of the money supply, which is now 24 times as high as it was twenty years ago and 3.5 times the level of ten years ago."